



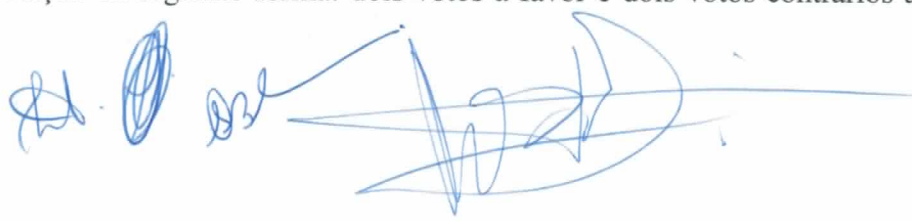
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL – IDR

1 ATA DA 18ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO INSTITUTO DE
2 DESENVOLVIMENTO RURAL – IDR, realizada aos vinte dias de abril de dois mil e
3 dezessete, às treze horas e trinta e quatro minutos, na sala da direção do IDR, no Campus da
4 Liberdade, em Redenção-CE, mediante prévia convocação, sob a presidência do Diretor do
5 Instituto, Professor Francisco Nildo da Silva. Estiveram presentes os seguintes conselheiros:
6 FRANCISCO NILDO DA SILVA, Diretor do IDR e Presidente da Mesa; LUCAS NUNES DA
7 LUZ, Coordenador do Curso de Agronomia; SILAS PRIMOLA GOMES, Representante dos
8 Docentes Suplente; LUAN DE OLIVEIRA ALMEIDA, Representante dos Técnico-
9 administrativos Titular e ERASTO GONÇALVES DE OLIVEIRA, convidado para contribuir
10 com um ponto de pauta. **I – ABERTURA DOS TRABALHOS:** Havendo *quórum*, o Presidente
11 deu início aos trabalhos e solicitou aos conselheiros a aprovação da presença do servidor Erasto
12 Gonçalves de Oliveira, Técnico em Agropecuária, para contribuir com um ponto de pauta; todos
13 os presentes concordaram a sua presença; justificou que o ponto de aproveitamento de concurso
14 solicitado pelo Prof. Lucas não foi incluído porque a pauta já tinha sido fechada e os documentos
15 não foram enviados uma semana antes para serem encaminhados juntamente com o convite aos
16 conselheiros. O Conselheiro Lucas questionou essa decisão, já que, em várias reuniões do
17 conselho, pontos de pauta foram incluídos no início da sessão. O Presidente destacou que o
18 ponto solicitado estava condicionado ao envio de dois documentos: a ata e o parecer da comissão
19 que analisou a carência de professor do Curso de Agronomia, sendo que esse envio ficou
20 acordado na última reunião do conselho. O Conselheiro Lucas explicou que o envio dos
21 documentos atrasou por conta da ata, já que precisava recolher as assinaturas do Colegiado para
22 que fosse válida; justificou que enviou um memorando à direção do IDR no dia anterior à
23 reunião, mas que não o compartilhou com os conselheiros porque achava que fosse uma
24 atribuição da direção divulgar os documentos da reunião; salientou que o ponto de
25 aproveitamento de concurso para preencher a vaga ociosa do Curso de Agronomia, ocasionada
26 pela redistribuição do Prof. Rodrigo, era uma demanda antiga e que já tinha sido discutido na
27 reunião anterior do Conselho, mas não foi aprovado por falta de um documento e que, no caso,
28 esse documento estava presente hoje. O Presidente reiterou que o documento não tinha chegado
29 no tempo hábil. O Conselheiro Lucas questionou o Presidente sobre qual seria esse tempo hábil,
30 já que nunca ouviu falar dessa regra no Conselho e salientou que vários pontos de pauta já foram
31 inseridos com menos de uma semana ou até mesmo no início da reunião. O Presidente afirmou
32 que a inserção de pontos de pauta precisam ser solicitadas com, no mínimo, uma semana de
33 antecedência. O Conselheiro Silas destacou que esse ponto era uma questão urgente, pois tinham
34 disciplinas do semestre atual dependendo da convocação desse professor e que a presidência do
35 Conselho deveria se sensibilizar sobre isso e incluir o ponto. O Presidente informou que não
36 estava discutindo o mérito do ponto, mas era um critério que a presidência tinha para a inclusão
37 de pontos e que o Conselheiro Lucas não cumpriu o que tinha sido acordado na última reunião
38 que foi o envio dos dois documentos. O Conselheiro Silas questionou qual o impacto que esse
39 envio tardio dos documentos traria, já que era um ponto curto, a leitura poderia ser feita ali
40 mesmo, os conselheiros discutiriam e votariam, tendo em vista a importância do ponto para o

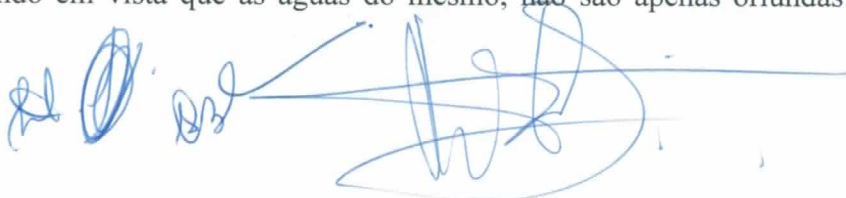
41 Curso de Agronomia. O Presidente informou que os Conselheiros não tiveram acesso aos
42 documentos antes da reunião e os critérios não foram cumpridos, portanto a presidência decidia
43 em não incluir o ponto. O Conselheiro Lucas sugeriu então que os Conselheiros votassem se
44 aceitavam ou não a inclusão do ponto aproveitamento de concurso. O Presidente ressaltou que a
45 questão não era incluir ou não e sim que estava fora das regras. O Conselheiro Lucas questionou
46 mais uma vez que essas regras não existiam e não concordou que isso estava fora das regras. O
47 Presidente ressaltou que a presidência seguia o que já vinha fazendo. O Conselheiro Silas
48 perguntou onde estavam essas regras, pois não tinha conhecimento. O Presidente disse que as
49 funções da presidência estavam no estatuto e que as regras são estabelecidas justamente pela
50 presidência. O Conselheiro Silas falou que se essas regras existiam, precisavam ser
51 compartilhadas com todos. O Presidente destacou que as regras já tinham sido colocadas por *e-*
52 *mail*, atas, portarias e foram discutidas. O Conselheiro Lucas salientou que essa discussão não
53 chegaria a lugar nenhum e sugeriu, então, que essas regras fossem impressas e discutidas na
54 próxima reunião. O Conselheiro Silas solicitou que essas regras fossem compartilhadas com
55 todos os conselheiros para que não houvesse divergências futuras. O Presidente informou que
56 iria passar novamente. Dando continuidade, o Presidente colocou em votação a pauta que foi
57 enviada por *e-mail* com uma semana de antecedência, sendo ela: 1) Aprovação da ata da 17ª
58 Sessão Ordinária; 2) Progressão Funcional e Estágio Probatório; 3) Relatório de Atividades
59 2016; 4) Plano Anual de Atividades 2017; 5) Portaria do Comitê Gestor da Fazenda Piroás; e
60 Informes. O Conselheiro Lucas questionou que daqui para frente nenhum ponto seria incluído no
61 início da reunião, contrariando o que já tinha acontecido muitas vezes em sessões anteriores. O
62 Presidente destacou que isso era uma questão de mérito e quem decidia era o Presidente, levando
63 em consideração se os documentos foram compartilhados com todos os conselheiros com
64 antecedência; salientou, ainda, que não tinha nada contra a inclusão do ponto aproveitamento de
65 concurso, mas, sim, a forma como não se deu o compartilhamento dos documentos com os
66 conselheiros e, se eles tivessem sido enviados com antecedência, com certeza estariam na
67 próxima reunião. Após discussões, os Conselheiros aprovaram, por unanimidade, a pauta da 17ª
68 Reunião Ordinária do Conselho do IDR. **II – ORDEM DO DIA: 1º ponto de pauta: Aprovação**
69 **de ata da sessão anterior.** Relator: Francisco Nildo da Silva. O Relator destacou que a ata da 17ª
70 sessão ordinária foi encaminhada aos Conselheiros para apreciação com antecedência,
71 juntamente com o convite da 18ª sessão ordinária; ninguém possuindo nada a acrescentar, o
72 relator submeteu a ata para votação, a qual foi aprovada por unanimidade. O Conselheiro Silas
73 informou que tinha um questionamento a fazer sobre a ata da 16ª Sessão Ordinária, já aprovada,
74 mas que nela consta em um ponto que o Prof. Nildo se reuniu com as subunidades do IDR para
75 fazer o planejamento 2017, entretanto os chefes das subunidades foram perguntados sobre isso e
76 ele obteve como resposta que a Prof.ª Clébia Mardônia, Coordenadora da INTESOL, e o Prof.
77 Lucas Luz, Coordenador do Curso de Agronomia, não foram procurados pela direção do IDR
78 para a realização do planejamento 2017. O Presidente informou que a Coordenação foi
79 procurada para contribuir com o Relatório de Atividades 2016 e que o Coordenador Lucas
80 informou que já tinha realizado a sua prestação de contas 2016 por *e-mail*, de forma
81 independente, por isso não procurou a Coordenação de Agronomia para contribuir com o Plano
82 de Atividades 2017; destacou que a Prof.ª Clébia Mardônia informou que estava de férias e não
83 poderia enviar o relatório da INTESOL a tempo e disse que faria isso posteriormente, por isso
84 também não foi procurada para contribuir com o plano 2017, pois o relatório de atividades presta
85 contas com o que foi planejado anteriormente e já que essas subunidades iriam divulgar o seu



86 relatório de forma independente, deduziu-se que o seu planejamento também se daria da mesma
87 forma, mas informou que o Plano de Atividades 2017 estaria aberto para contribuições e que
88 poderia ser atualizado a qualquer momento, inclusive com o planejamento da INTESOL e da
89 Coordenação de Agronomia. 2º ponto de pauta: Estágio Probatório e Progressão Funcional.
90 Relator: Francisco Nildo da Silva. O Relator informou que, no momento, não possuía processos
91 dessa natureza e deu prosseguimento à sessão. 3º ponto de pauta: Relatório de Atividades 2016.
92 Relator: Francisco Nildo da Silva. O Relator informou que o relatório foi ponto da reunião
93 passada, mas, devido à necessidade de se fazer algumas correções, foi aprovado que ele seria
94 revisado e passaria por aprovação nesta sessão. Dando prosseguimento, o Relator abriu para
95 discussões. O Conselheiro Lucas disse que verificou e constatou as retificações da maioria das
96 sugestões, inclusive na parte dos projetos de pesquisa desenvolvidos na Fazenda em que não
97 aparecia o nome da Professora Albanise como Coordenadora, porém ressaltou que as suas
98 colocações proferidas na reunião passada continuavam no sentido de que o relatório é para ser o
99 reflexo do plano de atividades e, como não existia esse plano, seria impossível compará-los para
100 ter ideia do que foi cumprido ou não. O Relator ressaltou que o Conselheiro Lucas poderia
101 comparar se o que estava no relatório condizia com as atribuições da direção verificando o
102 estatuto da Unilab. O Conselheiro Silas salientou que sentiu falta, no relatório de atividades, de
103 um tópico que falasse sobre a participação do diretor do IDR no Consuni, relatando as principais
104 pautas discutidas relacionadas ao Instituto e a sua presença, tendo em vista a relevância dessa
105 participação. O Relator informou que qualquer pessoa poderia ir até a Secretaria do Consuni e
106 solicitar essa informação, inclusive, todas as atas do Consuni, onde consta o que foi discutido e
107 os membros presentes, são disponibilizadas no *site* da Unilab. O Conselheiro Silas também
108 destacou que os professores discutiram, após a divulgação do relatório, e que constataram que
109 um fator que implicaria em sua aprovação seria a insatisfação da relação da direção do IDR com
110 o Curso de Agronomia, principalmente no que se referia à transparência da direção, destacando
111 que o curso não se sentia atendido com as atividades realizadas pela direção no ano de 2016. O
112 Relator pronunciou que a função da direção é deliberar e executar as atividades do instituto,
113 cumprindo-as com ética e transparência, e, para que isso aconteça, é necessário cumprir o
114 estatuto, realizando as reuniões ordinárias do conselho, mensalmente, e, se necessário,
115 extraordinárias, e publicando as atas para que todos possam tomar conhecimento; salientou que a
116 gestão atual divulga as atas e portarias no *site* da Unilab, garantindo, dessa forma, um
117 mecanismo de transparência no instituto com os documentos que são produzidos e tenta sempre
118 melhorar para que a gestão seja a mais transparente possível. O Conselheiro Silas destacou que
119 os professores não estavam satisfeitos com esse modelo de gestão, mas que se a direção se sentia
120 segura dessa forma, então, continuasse. Após discussões, o Relator colocou para votação o
121 Relatório de Atividades do IDR 2016; o Conselheiro Silas informou que não iria aprovar o
122 relatório porque essa era a decisão dos professores; o Conselheiro Luan justificou que aprovava
123 o documento em respeito aos técnicos do IDR que dedicaram tempo e esforço em sua
124 preparação, resgatando arquivos, compilando dados e dissertando, e que o documento demonstra,
125 realmente, as atividades que foram realizadas, destacou que era um documento que precisava de
126 melhorias e que estava se aprimorando a cada ano; o Conselheiro Lucas justificou que não
127 aprovava o relatório em respeito aos seus colegas, mas ressaltou o trabalho importante dos
128 técnicos na elaboração do documento, que a parte técnica estava satisfatória, mas o motivo de
129 não aprovar era algo maior a isso; o Relator informou que aprovava o documento, ficando a
130 votação da seguinte forma: dois votos a favor e dois votos contrários à aprovação. 4º ponto de



pauta: Plano Anual de Atividades 2017. Relator: Francisco Nildo da Silva. O Relator informou que era a primeira vez que o Plano Anual de Atividades era elaborado e estava submetendo esse documento ao conselho; ressaltou que o plano não era um documento fechado e estava aberto a sugestões; em seguida, abriu para discussão. O Conselheiro Lucas sugeriu que a data constasse na capa do plano na parte inferior, pois só havia o lugar; falou que estava sendo proposta a criação de três PPCs de novos cursos de graduação e questionou se havia sido realizado um planejamento de impacto na carga horária dos professores com a abertura desses novos cursos, quais os laboratórios seriam necessários e a quantidade de professores para cada curso. O Relator informou que o PPC de cada curso iria prever essas informações e que em relação à carga horária, os professores já existentes seriam consultados sobre o interesse em ministrar aulas nos novos cursos e que, também, seriam realizados novos concursos para os professores de cada curso, mas o MEC precisava liberar essas vagas; destacou que a criação do PPC e a aprovação dele no Consuni é apenas o primeiro passo para a abertura de um novo curso, pois o recurso financeiro liberado pelo Governo Federal para a construção de laboratórios, compra de fazenda e vagas para novos concursos de professores e técnicos é extremamente necessário. O Conselheiro Lucas questionou, também, se as três comissões de criação dos PPCs dos novos cursos trabalhariam ao mesmo tempo ou iria ser uma de cada vez. O Relator informou que as comissões seriam nomeadas ao mesmo tempo, já que cada uma seria composta com professores diferentes, apenas alguns membros desempenhariam atividades em mais de uma. Em relação ao Programa de Pós-Graduação, o Conselheiro Lucas questionou se existia algum planejamento sobre a carga horária dos professores, porque os docentes que iriam atuar na pós-graduação também atuariam no curso de Agronomia; ressaltou também a importância de se começar a se pensar e discutir nas reuniões a utilização dos laboratórios para a pós-graduação, já que serão extremamente necessários. O Presidente ressaltou que os laboratórios, realmente, serão extremamente necessários para o programa de pós-graduação e que os que já existem serão compartilhados entre a graduação e a pós; ressaltou, também, a importância da união dos professores para que a pós seja consolidada. Em relação às atividades planejadas pela Fazenda, o Conselheiro Lucas solicitou o posicionamento do convidado Erasto sobre a ação “Fazer divisão de rizomas de alpinias, helicônicas, sorvetão e bastão do imperador para proporcionar a recuperação mais célere e com isso atender a demanda por flores em eventos da Unilab”, questionando que essa ação já está incluída em projetos de pesquisa, principalmente no da Professora Fernanda, e se essa ação seria realizada em parceria com os projetos ou de forma isolada; solicitou, também, esclarecimentos sobre o problema de contaminação na água do poço. O convidado Erasto informou que não lembrava se nos formulários de cadastramento de projetos desenvolvidos na Fazenda existia esse projeto da Professora Fernanda no período em o plano de atividades foi elaborado e que, provavelmente, deveria ser um projeto novo, mas a ação da divisão de rizomas já era uma demanda da Fazenda planejada independente do desenvolvimento de projetos de pesquisa. O Conselheiro Lucas sugeriu, então, que isso fosse discutido no Comitê Gestor da Fazenda para que tanto o projeto da Professora Fernanda quanto a ação dos técnicos fossem agregados, evitando, dessa forma, a duplicidade de trabalhos. Em relação à contaminação da água do poço, o convidado Erasto informou que, após a perfuração, a empresa fez a análise da água e, na bacteriológica, foi encontrado um alto índice de coliformes fecais, bactérias termotolerantes; ressaltou que a principal suspeita dessa contaminação, se deu pelo fato do poço ter sido perfurado, local escolhido pelo Geólogo, a apenas 5 ou 6 metros de uma fossa negra, tendo em vista que as águas do mesmo, não são apenas oriundas da fratura, mas também do



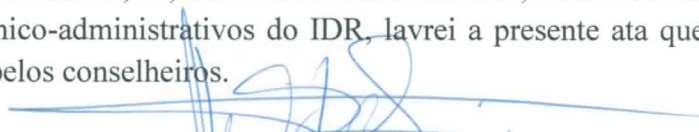

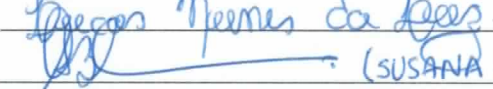

lençol freático que provavelmente esteja contaminado por conta dessa fossa; ressaltou, também, que o poço foi revestido com material filtrante a partir dos 4 metros de profundidade até os 80, ou seja, toda água existente nesse intervalo de profundidade faz parte da vazão do mesmo, incluindo as águas superficiais "contaminadas"; destacou que a decisão de aproveitar as águas do lençol freático foi tomada porque o volume era considerado alto demais para ser descartado para o momento crítico de estiagem que a Fazenda passava. Como uma tentativa de minimizar esse problema, o convidado Erasto informou que pesquisaram e encontraram o modelo de uma fossa séptica biodigestora, desenvolvida pela Embrapa, de baixo custo, que não permite a contaminação do solo e que estão trabalhando em um orçamento para ser apresentado à Proplan, solicitando, dessa forma, o recurso necessário para a compra. O Relator informou que, segundo o Reitor, essas análises da água do poço serão periódicas e que, dependendo do índice dos coliformes, a água poderá ser tratada. O Conselheiro Lucas solicitou que fosse incluído no planejamento da Fazenda uma solicitação para a Proplan visando a construção de um minilaboratório para o processamento de produtos alimentícios. Após discussões e esclarecimentos, o Relator colocou o Plano Anual de Atividades 2017 para votação; o plano foi aprovado por unanimidade. 5º ponto de pauta: Portaria do Comitê Gestor da Fazenda. Relator: Francisco Nildo da Silva. O Relator destacou que a minuta da portaria foi enviada juntamente com o convite da reunião para os conselheiros e, dando prosseguimento, abriu para discussão. O Conselheiro Lucas ressaltou que encaminhou uma sugestão, a qual já foi acatada, para alterar a duração do tempo de permanência do diretor do IDR, do gerente da Fazenda e do coordenador do curso no referido comitê para o tempo de cada mandato e que não tinha mais nada a acrescentar. O Relator colocou a portaria de nomeação dos membros do Comitê Gestor para aprovação: a portaria foi aprovada por unanimidade. **III – COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA:** O Presidente informou que recebeu da Diretoria de Educação a Distância um documento informando sobre a abertura de um curso de mestrado em Recursos Hídricos, via EaD, organizado pela Capes, para as universidades aderirem ao programa até o dia trinta de abril e solicitou que fosse compartilhado na reunião que iria ocorrer logo mais no Colegiado de Agronomia para que, caso algum docente da área se interessasse, fosse vista a possibilidade de adesão ao programa. O Conselheiro Silas solicitou que os documentos digitais fossem encaminhados via *e-mail* para todos os professores; o Relator concordou com a sugestão e informou que iria solicitar o envio. **IV – ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** Nada mais a tratar, o Presidente agradeceu o comparecimento dos membros e declarou encerrada a sessão às quatorze horas e trinta e oito minutos. Para constar, eu, Luan de Oliveira Almeida, Assistente em Administração e Representante dos Técnico-administrativos do IDR, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros.

Francisco Nildo da Silva

Luan de Oliveira Almeida

Lucas Nunes da Luz

Silas Primola Gomes




 (SUSANA CHURKA BLUM)